



REPÚBLICA PORTUGUESA

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS, PATRIMÓNIO
E CARGOS SOCIAIS DOS TITULARES
DE CARGOS POLÍTICOS E EQUIPARADOS

Modelo Único

CARGO (artigo 4.º da Lei n.º 4/83, de 2 de abril, na redação da Lei n.º 25/95, de 18 de agosto e da Lei n.º 38/10, de 2 de setembro)

Presidente da Câmara Municipal de V.N. de Leiria

FACTO DETERMINANTE DA DECLARAÇÃO (artigos 1.º e 2.º, n.ºs 1 e 3, da Lei n.º 4/83, na redação da Lei n.º 25/95, de 18 de agosto e da Lei n.º 38/10, de 2 de setembro):

Início de funções em 14 Outubro 2017

Cessação de funções em _____

Atualização em _____

(Indicar apenas a data do facto que determina a apresentação da declaração)

IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE

Nome completo João Fernando Brito Nogueira

Endereço (rua, número e andar) Praça D. Diogo 2.º 12

Localidade V.N. de Leiria

Código postal 4920-270 V.N. de Leiria telefone () 965 220 949

Freguesia Vila Nova de Leiria e Lovelhe Concelho V.N. de Leiria

Bilhete de identidade n.º 02865526 Arquivo de _____

Número fiscal de contribuinte 110 637 690 Sexo Masculino

Natural de Corueira - V.N. de Leiria Nascido em 10 / 06 / 52

Profissão principal Cargo Político

Estado civil (se casado, indicar o nome completo do cônjuge e o regime de bens) Casado com Maria Eduarda Borge da Silva Nogueira, em regime de comunhão geral de bens.



Capítulo I – RENDIMENTOS BRUTOS, PARA EFEITOS DA LIQUIDAÇÃO DO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES

Rendimentos brutos, segundo as respectivas categorias e seus montantes, constantes da declaração apresentada para efeito da liquidação do imposto sobre o rendimento das pessoas singulares relativo ao ano de 2016 (ou que da mesma declaração, quando dispensada, devessem constar), excluídos os rendimentos do cônjuge ou de dependentes:

- | | |
|---|-----------------------------|
| a) Rendimentos do trabalho dependente | 2016 - 51 646,71 € |
| b) Rendimentos do trabalho independente | |
| c) Rendimentos comerciais e industriais | |
| d) Rendimentos agrícolas | |
| e) Rendimentos de capitais | 131,25 + 3 750 = 3 881,25 € |
| f) Rendimentos prediais | |
| g) Mais-valias | |
| h) Pensões | 57 56,64 € |
| i) Outros rendimentos | |

Capítulo II – ATIVO PATRIMONIAL

II-A – PATRIMÓNIO IMOBILIÁRIO

Consideram-se bens do patrimônio imobiliário os prédios, rústicos ou urbanos, aí se englobando as plantações, edifícios ou construções de qualquer natureza, neles incorporados ou assentes com caráter de permanência, ainda que estejam isentos da contribuição autárquica.

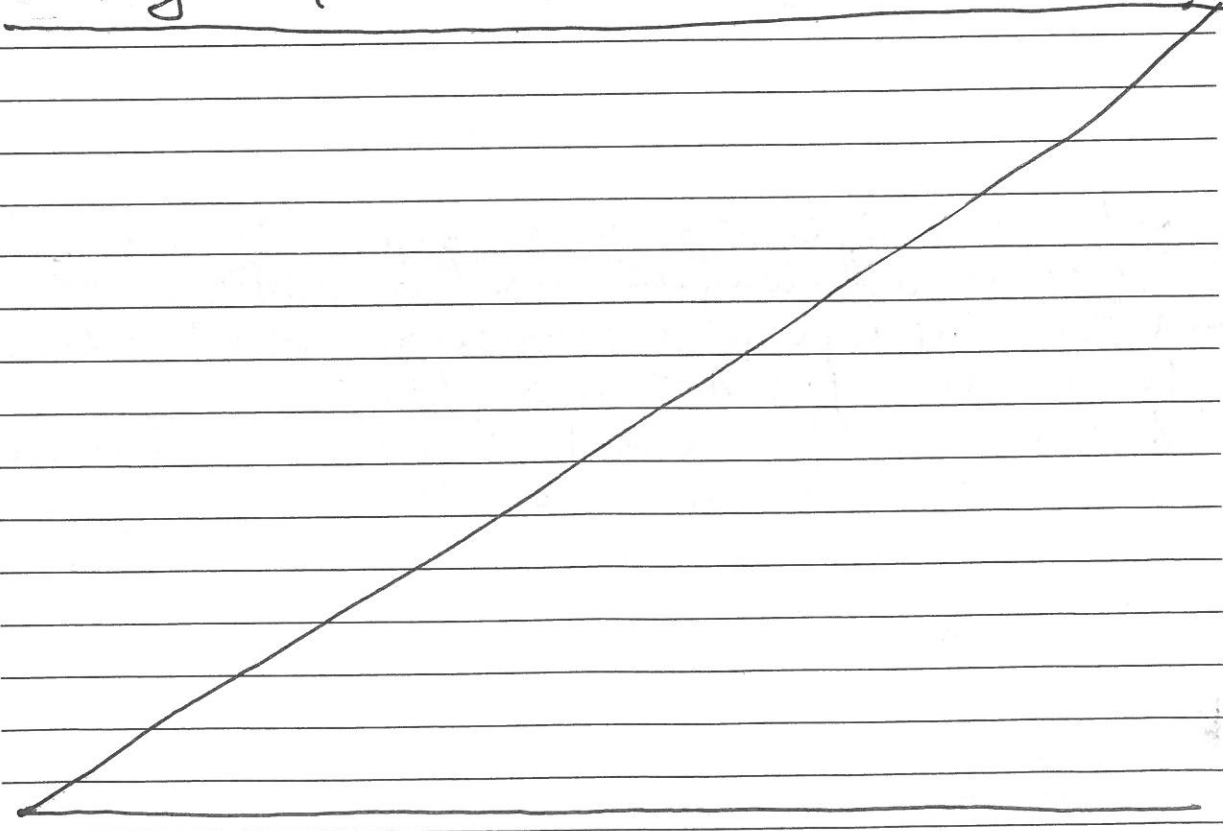
Os referidos bens são, para o efeito de declaração, identificados pela respetiva situação, indicação da sua natureza rústica ou urbana, sumária descrição, bem como pela respetiva inscrição matricial.

DESCRIÇÃO (indicando primeiro os bens situados no País e depois os situados no estrangeiro):

- DESCRICÃO (indicando primeiro os bens situados no País e depois os situados no estrangeiro):
- Prédio urbano destinado à habitação do declarante, sito na Praça D. Dinis nº 12, freguesia e concelho de V. N. de Berveira, inscrito na respectiva matriz predial sob o número 664. —
 - Prédios rústicos de cultivo e pinhal, sito no lugar de Poias, freguesia de Corueira, concelho de V. N. de Berveira, inscrito na respectiva matriz predial sob o número 1478. —
 - Prédios rústicos de cultivo e pinhal, sito no lugar de Poias freguesia de Corueira, concelho de V. N. de Berveira, inscrito na respectiva matriz predial sob o número 1848. —
 - Lugar de Jaragem - fração autónoma "DS" na Q^{ta} das Penas, freguesia e concelho de V. N. de Berveira, inscrito
- (continua)

(continua)

DESCRIÇÃO (indicando primeiro os bens situados no País e depois os situados no estrangeiro):

- na respectiva matriz predial sob o número 662. —
- 1/8 do prédio urbano, destinado a comércio, sito na rua de S. Louçã, concelho de Guimarães, fração autónoma "B", inscrito na respectiva matriz predial sob o número 758. —
- fração autónoma "C" correspondente ao 1.º andar esquerdo, destinado a habitação, na rua de Barros nº 35, freguesia de S. Marta, concelho de Braga, inscrito na respectiva matriz predial sob o número 1387. —
- Prédio rústico de cultivo, sito em Trás da Agroeira freguesia e concelho de V. N. de Cerveira, inscrito na respectiva matriz predial sob o número 423 e descrito na conservatória do registo predial sob o número 689/200 00 705. —
- Prédio rústico de cultivo, sito em Trás da Agroeira, freguesia e concelho de V. N. de Cerveira, inscrito na respectiva matriz predial sob o número 419 e descrito na conservatória do registo predial sob o número 684/200 00 509.
- 

II-B - QUOTAS, AÇÕES, PARTICIPAÇÕES OU OUTRAS PARTES SOCIAIS
DO CAPITAL DE SOCIEDADES CIVIS OU COMERCIAIS

Estes elementos patrimoniais são descritos pela indicação da respetiva natureza, quantidade e valor nominal e pela identificação da sociedade civil ou comercial a que se reportam, através de menção da respetiva firma ou denominação social, sede e data de constituição. Tratando-se de sociedade irregular, é feita menção desta circunstância.

DESCRIÇÃO (indicando primeiro os bens situados no País e depois os situados no estrangeiro):

- 1/8 no capital da sociedade por quotas - Construções Brito Lda.
NIPC 502 056 525, sociedade com sede em Póvoa, VN de Ger
veira, capital social de € 5.000,00.
- 1/8 na quota de 4,217% da sociedade por quotas, Participada
res Reunidos do Conselho de Caminha, Lda, NIPC
506 211 043, sociedade com sede em VP de Ancora, con
celho de Caminha, com capital social de euros
102 861,13.

II-C - DIREITOS SOBRE BARCOS, AERONAVES OU VEÍCULOS AUTOMÓVEIS

Consideram-se integrados nesta rubrica os direitos reais sujeitos a registo relativamente a:

- a) Barcos que se destinem a recreio ou a qualquer atividade de natureza comercial ou industrial;
- b) Aeronaves, de uso particular, qualquer que seja a finalidade da sua utilização, ainda que de recreio;
- c) Automóveis, tanto ligeiros como pesados, de carga ou mistos, ou motociclos de passageiros.

A descrição destes bens é feita através da menção da respetiva matrícula, marca, classe, tipo e modelo.

DESCRIÇÃO (indicando primeiro os bens situados no País e depois os situados no estrangeiro):

- Automóvel ligeiro de passageiros (particular)
44-81-SF Volkswagen Passat de 1997.
- Automóvel ligeiro de passageiros (particular)
66-31-MP Opel Astra de 1999.
- Automóvel ligeiro de passageiros (particular)
55-50-00 Volvo S60D4 de 2017

II-D - CARTEIRAS DE TÍTULOS, CONTAS BANCÁRIAS A PRAZO E APLICAÇÕES FINANCEIRAS EQUIVALENTES

Consideram-se integrados nesta rubrica:

- a) As ações, quando representem uma mera aplicação de capital, as obrigações, os títulos ou certificados da dívida pública ou quaisquer outros papéis ou títulos de crédito, com exceção de letras e livranças, independentemente de terem ou não cotação na bolsa e da natureza da entidade que tiver procedido à respetiva emissão;
- b) Os valores depositados em contas a prazo em qualquer estabelecimento bancário ou similar;
- c) As aplicações financeiras equivalentes, entre outras, as participações em fundos de investimento mobiliários e imobiliários, os planos de poupança-reforma e os seguros de capitalização.

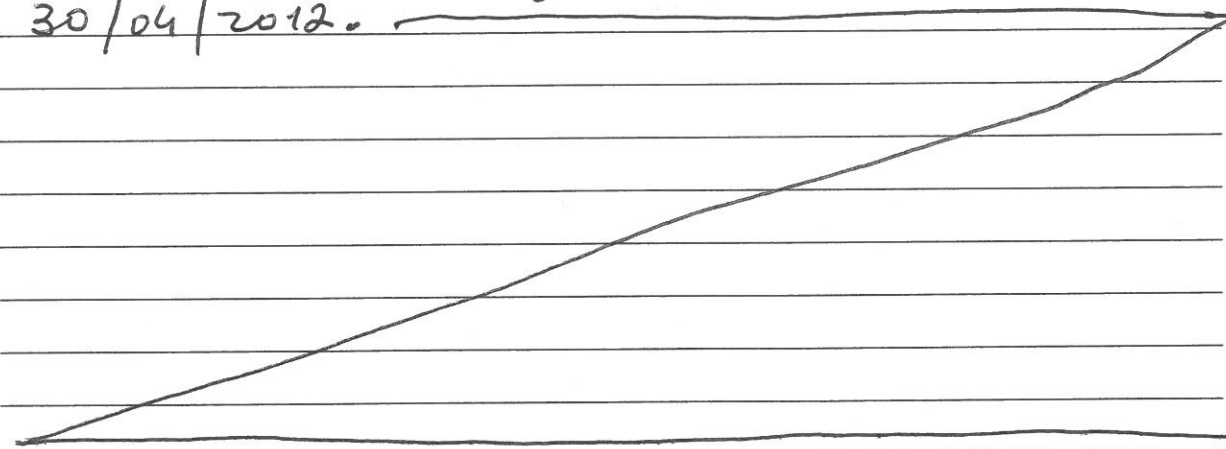
A descrição dos bens abrangidos pela alínea a) é feita pela identificação dos títulos, através da menção da sua espécie e tipo, entidade emitente, quantidade, valor nominal e, sendo o caso, juro estipulado, e ainda a indicação da instituição financeira onde se achem depositados e do número da correspondente carteira.

A descrição dos bens abrangidos pela alínea b) é feita pela indicação do seu montante, bem como da entidade depositária, número da conta, data e prazo do depósito.

A descrição das aplicações financeiras a que se refere a alínea c) é feita pela indicação da sua natureza, designação, montante e data, bem como da entidade onde hajam sido realizadas, e ainda de quaisquer outros elementos que se revelem adequados à sua identificação.

DESCRIÇÃO (indicando primeiro os bens situados no País e depois os situados no estrangeiro):

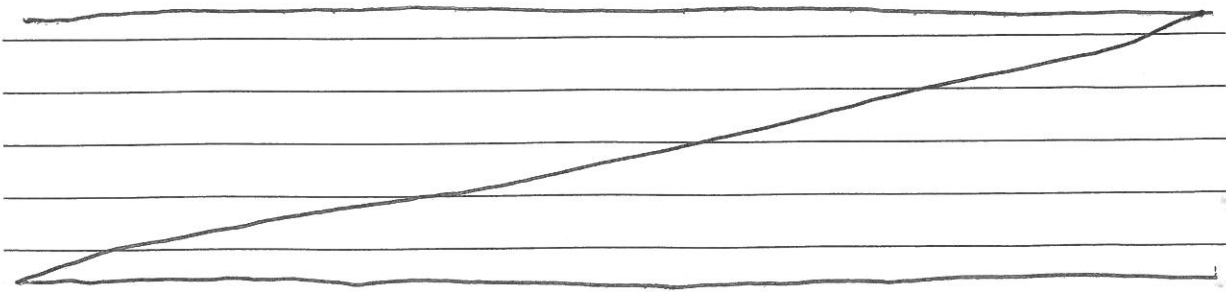
11 500 €, Crédito Agrícola, 442 888 29 297 de
30/04/2012.



II-E - CONTAS BANCÁRIAS À ORDEM E DIREITOS DE CRÉDITO, DE VALOR SUPERIOR A 50 SALÁRIOS MÍNIMOS

Consideram-se integrados nesta rubrica, quer contas bancárias à ordem quer os direitos de crédito, desde que de valor superior ao produto de fator 50, aplicado ao montante do salário mínimo mensal nacional. A descrição das contas bancárias à ordem é feita pela indicação do seu montante, bem como da entidade depositária, do número de conta e da respetiva data de abertura. Os créditos são identificados através da indicação do seu montante, sendo líquido, da entidade devedora e da data do vencimento.

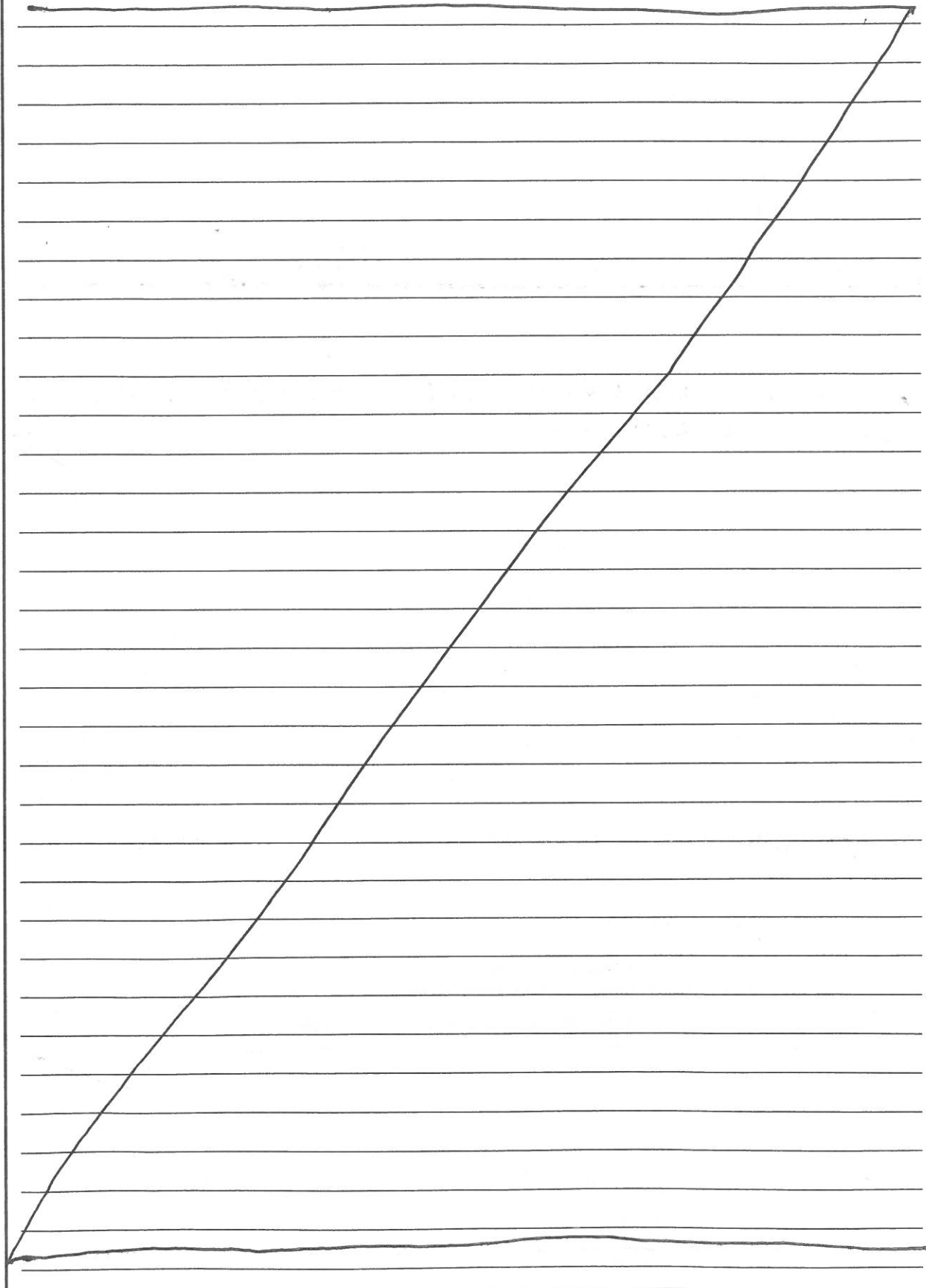
DESCRIÇÃO: (Indicando primeiro os bens situados no país e depois os situados no estrangeiro.)



II-F - OUTROS ELEMENTOS DO ATIVO PATRIMONIAL

Consideram-se integrados nesta rubrica os estabelecimentos comerciais ou industriais, incluindo os de indústria agrícola, de que o declarante seja proprietário na qualidade de empresário em nome individual.

DESCRIÇÃO (indicando primeiro os bens situados no País e depois os situados no estrangeiro):



Capítulo III – PASSIVO

DÉBITOS QUE ONERAM O PATRIMÓNIO DO DECLARANTE

Na descrição dos débitos deve mencionar-se a identificação do credor, o montante do débito e a data do vencimento.

DESCRIÇÃO:

Handwritten signature across the lines.

Capítulo IV – CARGOS SOCIAIS EXERCIDOS

CARGOS SOCIAIS

Desta rubrica deve constar a discriminação dos cargos sociais, nomeadamente de membro do conselho de administração, da direção, da comissão administrativa, do conselho geral, do conselho fiscal ou da mesa da assembleia geral, ou ainda de administrador, gestor ou gerente, exercidos pelo declarante, nos dois anos que precederam a declaração, no País ou no estrangeiro, em quaisquer sociedades, empresas públicas e fundações ou associações de direito público e, bem assim, quando esse exercício seja remunerado, em fundações ou associações de direito privado.

Relativamente a cada um dos cargos declarados, é feita menção das datas de início de funções e do respetivo termo, se já tiver ocorrido.

Cargo	Entidade	Datas	
		Início	Termo
Presidente do Conselho Diretivo.	Fundação Biegal de Benavente	13/11/2013	
o 1º Conselho de Administração	Empreendimentos Sócio Benaventes	15/04/2014	

Data

2017 11 12

O Declarante,

Handwritten signature of the declarant.

Modo de apresentação da declaração (a) _____

Verificação da identidade do declarante e/ou do apresentante (b)

RECIBO

Declaro que recebi a presente declaração em duplicado, o qual devolvo com a presente nota de recebimento.

Tribunal Constitucional, 20 de Novembro de 2017





(a) Entregue pelo próprio ou por representante ou enviada pelo correio.

(b) Se necessário, anotando-se então o modo (nomeadamente o documento) utilizado para verificação. Tratando-se da verificação da identidade do apresentante, anotar-se-ão o respetivo nome, residência e documento de identificação.

Artigo 14.º do Decreto Regulamentar n.º 1/2000, de 9 de março:

- 1 – As declarações de rendimentos, património e cargos sociais dos titulares de cargos políticos e equiparados são apresentadas em duplicado na Secretaria do Tribunal Constitucional, podendo ser entregues pessoalmente pelo obrigado à sua apresentação, ou por pessoa que o represente, ou ainda enviadas pelo correio, sob registo.
- 2 – Em caso de dúvida, a Secretaria do Tribunal Constitucional pode solicitar a aprovação da autoria da declaração ou a identificação do apresentante, o que pode ser feito por qualquer meio adequado e legalmente admitido para o efeito, designadamente pela apresentação e conferência do correspondente documento de identificação.
- 3 – A Secretaria do Tribunal Constitucional devolve ao declarante o duplicado da declaração, apondo no mesmo nota de recibo.